

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 2.822, DE 2003

SUBSTITUTIVO DO SENADO FEDERAL AO PROJETO DE LEI N.º 2.822-C, DE 2003, que “acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.”

Autor: Senado Federal

Relatora: Deputada Gorete Pereira

I - RELATÓRIO

O ilustre Deputado Sandro Mabel apresentou a proposição em epígrafe com o objetivo de inserir, por meio de acréscimo ao texto da Consolidação das Leis do Trabalho a cláusula geral da boa-fé nas relações de trabalho.

Justifica sua proposta afirmando ser esta uma forma de “promover a cultura da confiança dentro da empresa, (...) como norteadora das relações individuais e coletivas de trabalho.”

Aprovado pela Câmara dos Deputados, o Projeto foi encaminhado ao Senado Federal, que aprovou o texto com apresentação de

um Substitutivo, para alterar a expressão “em um ambiente de cooperação e harmonia” por “em um ambiente de cooperação mútua”.

O projeto retorna a esta Casa para que se manifeste sobre a alteração feita pelo Senado Federal.

Eis o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

De acordo com a justificativa do Substitutivo do Senado Federal “a expressão harmonia pode vir a ser interpretada erroneamente, dando a entender que é dever do empregado assegurar um ambiente harmônico quando interesses opostos alimentam um conflito natural, intrínseco ao mundo do capital e do trabalho, razão pela qual, inclusive, assegura-se na Constituição Federal o direito de greve, que é a exteriorização da exacerbação dos interesses opostos em conflito mal administrado.”

Não concordamos com a ponderação e entendemos que a redação dada prejudica os objetivos do projeto.

Note-se que o direito de greve, manifestação conflituosa usada como exemplo na justificativa do Substitutivo, é um direito assegurado constitucionalmente. Não se pode cogitar, no caso, ainda que só a título de exemplo, que a expressão “harmonia” ameace o direito de greve.

Ao contrário, a título de exemplo, pode-se lançar mão da Constituição Federal de 1988 que, no art. 2º, diz:

*São Poderes da União, independentes e **harmônicos** entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. (Grifo nosso).*

A Constituição determina a convivência harmônica entre os Poderes e nunca se extraiu desse entendimento que haveria subordinação das prerrogativas de um Poder sobre às de outro. A se dar razão às preocupações externadas pelo Substitutivo, ter-se-ia, com muito mais

fundamento, que alterar a Constituição Federal para proteger a independência dos Poderes da República.

De tal certamente não se cogita, pois harmonia significa disposição bem ordenada entre as partes de um todo, proporção, ordem, simetria.

A preocupação com a harmonia mais se avulta quando as partes são distintas entre si e têm interesses próprios e conflituosos, pois só em concerto harmônico poderão funcionar em conjunto e atingir seus objetivos.

Daí entendermos que a manutenção da expressão “harmonia” é fundamental para a consecução dos objetivos do projeto.

Em razão do exposto, somos pela REJEIÇÃO do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.822-C, de 2003, aprovado pelo Senado Federal.

Sala da Comissão, em de novembro de 2009.

Deputada Gorete Pereira
Relatora